

Entrevista com **Damiana de Oliveira** (CRP 05/20843), psicóloga da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Madureira e mestre em Psicologia pela UFF.

1) Qual a sua posição com relação às cotas para negros? Por quê?

Sou extremamente favorável à política de cotas para negros nas Universidades públicas e acredito que essa é uma discussão que já se inicia tarde, posto que a mesma deveria ter acontecido após o 13 de maio de 1888, quando milhares de negros foram alçados à condição de libertos sem que nenhuma medida fosse efetivamente tomada para que pudessem exercer com dignidade a liberdade tão duramente conquistada. Se, a exemplo do que defendia o abolicionista André Rebouças, a abolição da escravidão tivesse sido seguida de políticas públicas, visando à reforma agrária, bem como à educação e à capacitação profissional dos afrodescendentes, não haveria necessidade de passados 120 anos da assinatura da Lei Áurea estarmos às voltas com a implementação de uma política de cotas para esse segmento da população. Nunca é demais lembrar que esse país tem uma dívida com a população afro-brasileira, assim como também com os indígenas, pelos séculos de exploração, discriminação, usurpação, violência e assassinatos, portanto implementar políticas de cotas para esses segmentos não é um favor, nem benesse, tampouco a concessão de um privilégio, mas sim o reconhecimento dessas desigualdades fomentadas ao longo dos tempos.

2) Como você acha que as cotas podem influenciar na diminuição ou no aumento da desigualdade racial no Brasil?

É claro que as cotas por si só não irão acabar com as desigualdades raciais no Brasil. Paralelamente a implementação da política de cotas, é necessário que haja investimento num ensino público de qualidade para todos aqueles, independente de etnia ou condição social, que fazem uso dessa modalidade de ensino, porém entendo que as duas coisas não estão dissociadas nem se contrapõem. As cotas devem ser encaradas como algo emergencial e não como a solução definitiva, permanente, para o enfrentamento da problemática racial. O principal mérito das cotas, a meu ver, além de trazer essa questão para o centro do debate, está no reconhecimento do governo e de parcela da sociedade de que somos um país em que grassam as desigualdades de toda ordem e que nelas residem um dos grandes problemas do Brasil. Faz-se necessário, portanto, que sejam lançados mão de alguns dispositivos para enfrentá-las, sendo a política de cotas um desses dispositivos, no que tange à desigualdade racial. Anseio pelo dia em que as cotas não serão mais necessárias.

Muitos dos que defendem posição contrária às cotas para negros nas universidades alegam que o problema do Brasil é social e não racial e que o ideal seria que as cotas fossem destinadas a alunos oriundos de escolas públicas, o que certamente abrangeria os negros, visto que esses seriam maioria no sistema público de ensino. Outros vão mais além e se posicionam contra qualquer tipo de cota, defendendo que devemos lutar para que haja investimento na qualidade do ensino básico ofertado, a fim de que todos possam por seu próprio mérito chegar às universidades. No que diz respeito aos segundos argumentos, os mesmos guardam grande semelhança com a história que crescemos acostumados a ouvir de que primeiro era necessário deixar o bolo crescer para só então dividir e a população pobre continua esperando até hoje para comer a sua parte nesse bolo.

A questão então que se apresenta é até quando os negros vão precisar esperar? 120 anos já se passaram desde a abolição e a população afro-brasileira continua sendo privada de seus direitos mais elementares, como a educação, sendo o alvo preferencial

de práticas excludentes e segregacionistas. Embora considere legítima a reivindicação de cotas para alunos provenientes de escolas públicas, discordo dos primeiros argumentos, pois a pauperização da população tem feito com que hoje, muitos brancos pobres ou até mesmo de classe média estejam freqüentando a escola pública, então não necessariamente os negros seriam alcançados por esse tipo de cota. Além disso, é importante esclarecer que as motivações envolvidas na defesa que se faz da instituição de cotas para alunos pobres, oriundos da Rede Pública de Ensino, e para negros são diferentes.

O que está em jogo ao defendermos cotas para os negros nas universidades públicas não é meramente possibilitar-lhes o acesso ao ensino superior por uma questão sócio-econômica, ou por alegações de pobreza, mas sim mudar a cor de nossas universidades que hoje é majoritariamente branca, de modo que daqui a algum tempo cruzar com um negro nos corredores das universidades não se constitua numa excepcionalidade, mas sim em algo corriqueiro e que faça parte da paisagem. É fazer com que nos acostumemos com a idéia de vermos um negro médico, dentista, arquiteto, juiz, promotor, entre outras profissões de nível superior, de modo que não sejamos levados a fazer julgamentos equivocados em função de nossos preconceitos. Quem sabe um dia deixaremos de ver se repetir casos como o que envolveu o dentista Flávio Ferreira Sant'Anna, em São Paulo, que, ao ser avistado por policiais abrindo a porta de seu carro, foi "confundido" com um assaltante e assassinado, "confusão" essa que só se deu, como se verificou depois, pelo fato de Flávio ser negro e, portanto, aos olhos daqueles policiais não teria condições de possuir um veículo como aquele. Flávio foi morto por ser considerado uma peça fora do lugar. E que lugar seria esse, dentro da ótica que nos acostumamos a ver? O lugar da pobreza, do subemprego, da marginalidade, da ausência de direitos. Ou quem sabe também ao vermos na grande imprensa o anúncio da nomeação de um novo ministro o mesmo não precise vir precedido de explicações como: "É o primeiro negro a ocupar tal posto", dando um ar de ineditismo ao tema. É nesse sentido que acredito que as cotas podem contribuir para diminuir as desigualdades raciais no Brasil, tirando os negros da condição de subalternidade, acenando-lhes com mudança na escala social e lhes dando visibilidade de forma positiva.

3) Você chegou a acompanhar resultados dos alunos cotistas nas universidades? Quais foram esses resultados?

Sim, acompanhei com interesse algumas avaliações feitas sobre esses alunos na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. O Jornal Folha Dirigida em seu suplemento de educação de 2007 faz menção a um estudo divulgado pela UERJ em 2006 sobre a política de cotas implantada em que a maioria dos professores entrevistados considerava o desempenho dos alunos cotistas igual ou superior ao dos alunos não cotistas e que não houve, ao contrário do que muitos apontavam, uma piora no nível acadêmico da universidade, após o ingresso dos alunos cotistas. Além disso, não se verificou também discriminações desses estudantes pelos demais alunos, como chegou a prever algumas pessoas contrárias ao sistema de cotas. Acompanhei também uma entrevista de Raquel Villardi, na ocasião, Sub-Reitora de Graduação da UERJ, concedida a Renato Ferreira, Coordenador do Programa Políticas da Cor (PPcor) na Educação Brasileira. Nessa entrevista, a então Sub-Reitora sinaliza que a principal dificuldade do aluno cotista não reside numa defasagem de conhecimento em relação aos demais estudantes, mas sim numa defasagem por falta de vivências culturais que acaba por ter impacto na construção do conhecimento, nas relações sociais e no dia-a-dia desse estudante no campus universitário, o que aponta para a necessidade de se implementar políticas de permanência desses alunos. Além disso, Raquel Villardi afirma que o índice

de desistência de disciplinas e de reprovação por faltas dos alunos cotistas é bastante inferior ao dos não-cotistas, creditando isso ao fato de que os estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas seriam mais empenhados, mais esforçados e tenderiam a não desperdiçar a oportunidade conseguida, pois têm clareza do que significa num país como o Brasil ter conseguido romper a barreira da cor e ingressar numa universidade pública.

Apesar desses primeiros resultados serem animadores, no tocante aos desempenhos apresentados, sabemos que é preciso uma avaliação mais consistente para que possamos de fato verificar como vem se dando esse processo nas universidades públicas brasileiras. A UERJ que foi a primeira a aderir ao sistema de cotas, o fez em 2003, portanto, essa política de ação afirmativa tem cinco anos, o que significa dizer que somente agora as primeiras turmas com a presença de alunos cotistas dos cursos mais concorridos, como Medicina, estarão se formando.

4) Você acha que o sistema de cotas no Brasil está sendo conduzido de forma correta? O que poderia ser feito para melhorá-lo?

A implantação de um sistema de cotas numa sociedade complexa como a brasileira não se faz sem dificuldades ou sem alguns entraves, havendo a necessidade de se estar sempre repensando e aprimorando suas formas de implementação. Apesar de ainda ser cedo para se propor mudanças num sistema, cujos primeiros alunos ainda nem se formaram, conforme dito anteriormente, entendo ser de fundamental urgência a implementação de políticas que estimulem a permanência dos alunos cotistas nas Universidades, pois esse é o grande desafio. Existe toda uma discussão por parte de alguns setores da sociedade de como definir no Brasil, dada a forte miscigenação, quem é negro e quem não é. O interessante é que essa “dúvida” não se verifica nas ações que percebemos no dia-a-dia, pois não é difícil saber quem é negro, bastando que observemos quem é o alvo preferencial da dura policial, da discriminação no mercado de trabalho, de ser barrado na porta giratória do banco, de ser seguido dentro das lojas por seguranças desconfiados. É para esse público historicamente excluído e discriminado que se destinam às políticas de ação afirmativa, das quais as cotas fazem parte.

Algumas universidades, a exemplo da UERJ, adotaram o sistema de autodeclaração, em que o próprio candidato se declara como negro ou pardo, a fim de definir quem ingressaria pelo sistema de cotas. Contudo esse sistema vem enfrentando muitas críticas por acabar fazendo com que pessoas não negras se autodeclarem afrodescendentes, com o intuito de se beneficiarem do sistema de cotas. A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, por sua vez, instituiu o sistema de reserva de vagas para negros e indígenas, adotando, no caso dos negros, o critério fenotípico, onde o candidato tem que apresentar, além de uma autodeclaração sobre o grupo étnico a que pertence, uma foto colorida recente. As inscrições são deferidas ou não por uma comissão composta por representantes da própria Universidade e do Movimento Negro.

Ambos os critérios têm seus riscos, pois já houve caso de dois irmãos gêmeos univitelinos que, ao se candidatarem a uma vaga como cotistas na Universidade Nacional de Brasília – UNB, a qual faz uso do critério fenotípico, tiveram avaliações distintas. Enquanto um foi aceito para concorrer pelo sistema de cotas, por ser considerado negro, o outro não teve a inscrição aceita como cotista, gerando polêmicas e confusão.

Particularmente, sou favorável à autodeclaração, porém entendo ser necessário um trabalho de conscientização das pessoas, a fim de que não haja uma distorção do sistema de cotas e grupos que não são historicamente discriminados sejam beneficiados por essa política, em detrimento daqueles que deveriam efetivamente ser alcançados.